

INTELECTUAIS E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DEBATE EDUCACIONAL: a perspectiva do sujeito mulher professora

INTELLECTUAL AND HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE EDUCATIONAL DEBATE: the perspective of the female teacher

INTELECTUALES Y CONSTRUCCIÓN HISTORICA DEL DEBATE EDUCATIVO: la perspectiva del sujeto mujer profesora

Diomar das Graças Motta

Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Programa de Pós-graduação em Educação

diomarmotta27@gmail.com

RESUMO: Eventos que abordam pesquisas e experiências tem se multiplicado atualmente. Uns poucos têm mostrado os seus atores, dentre estes os intelectuais, presentes na construção do debate educacional. Quando mostrados, a ausência da mulher-professora é sentida. Esta ausência tem conduzido nossos estudos. Na oportunidade, destacamos os elementos que lhe excluem deste contingente, apresentando sua voz, em fontes pouco usuais, na pesquisa histórica. Os estudos de Bourdieu (1993) e Boudon (1993) nos ajudam a dar vez ao sujeito mulher- professora, enquanto intelectual, no debate educacional maranhense a partir do século XIX. Sua incursão neste debate, ainda que muitas das vezes como coadjuvante, decorre de fatores científico, social e político. Fatores possibilitados, graças aos movimentos libertários, que deram ênfase a liberdade, a independência e a igualdade da mulher, ensejando sua participação intelectual na construção historiográfica das questões educacionais. Quer como intelectual por qualificação, ou por atributos que lhe conferem um mínimo de consciência e de identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, Mulher - professora, Debate educacional, Construção histórica

ABSTRACT: Events that address research and experiments have recently multiplied.. A few have shown their actors, among them, intellectuals, present in the construction of the educational debate. When shown, the absence of the female teacher is felt. This absence has led our studies. In the opportunity, we highlight elements that exclude her from this contingent, presenting her voice, in unusual sources, in historical research. Bourdieu's (1993) and Boudon's (1993) studies help us to give the female teacher subject, as an intellectual, space in the educational debate in Maranhão from as of the 19th century. Her incursion in this debate, although often as an adjunct, stems from scientific, social and political factors. Possible factors, thanks to libertarian movements, which emphasized the freedom, independence and equality of women, allowing their intellectual participation in the historiographic construction of educational issues. Whether as an intellectual by qualification, or by attributes that give them a minimum of consciousness and identity.

KEYWORDS: Intellectuals. Woman – Teacher. Educational Debate. Historical Construction.

RESUMEN: Eventos que enfocan investigaciones y experiencias se han multiplicado actualmente. Unos pocos han mostrado sus actores, entre ellos intelectuales, presentes en la construcción del debate educativo. Cuando se muestra, se siente la ausencia de la mujer-profesora. Esta ausencia ha llevado a nuestros estudios. En esa ocasión, destacamos los elementos que la excluyen de este contingente, presentando su voz, en las fuentes inusuales, en la investigación histórica. Los estudios de Bourdieu (1993) y Boudon (1993) nos ayudará a dar voz al sujeto mujer-maestra, como intelectual, en el debate educacional en Maranhão a partir del siglo XIX. Su incursión en este debate, aunque a menudo como segundona, resulta de factores científicos, sociales y políticos. Factores posibles gracias a los movimientos de liberación que enfatizaban la libertad, la independencia y la igualdad de las mujeres, permitiendo su participación intelectual en la construcción historiográfica de las cuestiones educacionales. Ya sea como intelectual por la cualificación, o los atributos que le dan un mínimo de conciencia y de identidad.

PALABRAS CLAVE: Intelectuales. Mujer-profesora. Debate educativo. Construcción histórica.

1 | INTRODUÇÃO

Ao ser convidada para participar deste Encontro¹, a fim de discorrer sobre a construção histórica no debate educacional, ressaltando seus intelectuais, veio-me de pronto a curiosidade acerca do pertencimento biológico destes sujeitos.

Como meus estudos e pesquisas têm a centralidade da pessoa mulher, a curiosidade instigou o percurso dessa fala, considerando que as mulheres, são excluídas da *intelligentsia* (palavra russa, vinda do latim *intelligentia* e para o português *inteligência*), pois este vocábulo serve para designar os intelectuais como elite artística social e política. Mas a educacional, não é registrada como tal, ora diluída na elite social, ora tangencia a política.

Apesar dos intelectuais constituírem uma categoria bem visível em nossas sociedades, mas seu limite é difícil de estabelecer e sua função é difícil descrever adequadamente. Assim, o intelectual, nos estudos de Bourdieu (1993, p. 306),

É considerado um termo relativamente recente já que, segundo a maior parte dos historiadores o empregaram primeiro em francês. Pois na Idade Média, essas pessoas eram chamadas “letradas”, na época das Luzes de “filósofos”. Portanto nossos modernos “intelectuais” herdaram tradições opostas, que se somam para a complexidade de um grupo muito diverso...

Entretanto, em nossas sociedades, as funções de informação e comunicação em que os intelectuais são especializados têm uma importância maior e foram amplamente vulgarizados. O desenvolvimento do setor terciário e dos serviços, a exemplo da educação, está condicionado à qualificação de uma parte crescente da população, que permanece um tempo cada vez mais longo nos colégios e centros de formação.

Entretanto 49,5% da humanidade é constituída por mulheres. Estas constituem 774 milhões dos analfabetos do planeta e sempre foram e, em certas civilizações, ainda são impedidas do acesso a educação formal (UNESCO, 2013). No Brasil, a maior taxa de analfabetos encontra-se no Nordeste (16,8%), contra 4,8% do Sudeste (PNAD, 2015). Logo para este quadro, faz-se importante a contribuição de Boudon (1993, p.308), pois,

Torna-se cada vez mais difícil localizar os intelectuais na estrutura social, devido o critério pouco contestável ser um mínimo de competência cognitiva exigido. Principalmente nos países em que a maioria das pessoas lê, escreve e está imersa pela mídia num vasto meio de comunicação. A passagem pela escola ou pela universidade, para uma aprendizagem cognitiva relativamente padronizada constituem hoje um conjunto de requisitos essenciais à qualificação de um indivíduo para as ocupações atuais. Na massa dos escolarizados e diplomados é que se pode primeiramente procurar os intelectuais. Contingência que exclui a mulher.

Mas com as lutas por igualdade de direitos, encetadas pelas mulheres da elite, principalmente no século XIX, o debate educacional ocorria entre elas e era evidenciado através de jornais femininos. A exemplo, na província do Maranhão, quando circulava o jornal – **A Chrysalida** – que na primeira página, abaixo do cabeçalho, tinha um título: Expediente seguido da epígrafe:

A redação aceita com especial agrado o auxílio e a colaboração de todos que se interessarem pela grande causa da instrução do sexo feminino.

¹ VII Encontro de Educadores: pesquisas e experiências, realizado em 30/11/2016 em São Luís - MA

Este jornal iniciou a sua circulação, a partir do mês de maio de 1883. Encontramos exemplares até 1884, mas desconhece-se, ainda, a data da última edição. Todos os artigos eram de autoria feminina, as quais usavam pseudônimos com a letra D (a exemplo: Dejanira, Diana, Dida, Dina, Dolores, entre outros). Demonstravam um considerável nível intelectual, com domínio da língua francesa e as questões da instrução feminina eram sustentadas com exemplos europeus, principalmente da França e da Inglaterra. Esta demonstração fez com que jornalistas locais, desconfiassem das autorias dos artigos, atribuindo-as, a maridos, pais e irmão.

A resposta sobre esta insinuação está presente na edição nº 3 de julho de 1883, da qual registramos dois fragmentos, pertinentes ao tema desta narração. Ao revidarem diziam lamentar, porque não se sentiam admiradas, devido:

... Deus ter concedido igualmente ao homem como a mulher o dom da inteligência. Haver um número pequeno de mulheres que se dedicam ao estudo tão necessário para o perfeito desenvolvimento da inteligência, que por maior que seja, não sendo cultivada nada pode produzir.

Pois *A Chrysalida* continuou a ser editado e vendido no hoje município de Caxias, que dista 500 km da capital São Luís, contudo sabemos muito pouco sobre estas pessoas ou se eram as letradas do medievo.

Na ocasião, registravam o intercâmbio de outros jornais femininos, os quais versavam sobre a instrução para o sexo feminino. Encontramos os registros de jornais das Províncias da Bahia, do Ceará e do Piauí. Esta última com destaque para dez periódicos, que enviavam cartas e artigos, ora abrangendo a instrução, ora a educação, para as mulheres.

Tanto que na edição nº12 de maio de 1884, do *A Chrysalida* pedia-se desculpa por deixar de publicar alguns artigos enviados, por falta de espaço. A época, o jornal já circulava com seis páginas, enquanto a primeira edição tinha apenas duas páginas e experimentou este aumento no espaço de um ano. Entretanto, as mulheres que participaram dessa luta ensejaram o que intitulamos:

2 | AS COM VOZ, MAS SEM VEZ

Pois o sujeito mulher enquanto intelectual, na construção histórica, no debate educacional, é ausente nas produções de dimensão nacional, e timidamente incluída nas locais. A exemplo do semanário *A revista* que entre as décadas de 1840 e 1850 tinha como redator principal Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) cujo conteúdo era político e literário. Nele a voz dada às questões da mulher era de representação conservadora. Tanto que, à época, alguns “pasquins” o consideravam de baixo nível, “*invadindo a privacidade das pessoas, não poupando as mães de família, o leito conjugal e a virgindade*” (JORGE, 1987, p. 100). O debate educacional era incipiente, pouco incisivo e de predominância dos intelectuais masculino, que não demonstravam preocupação com a instrução do sexo feminino.

É com *A Chrysalida*, na penúltima década do século XIX, que tivemos registro por mulheres da questão educacional. Na imprensa, no século XX, a mulher integra alguns jornais maranhenses e de outros estados, quando evidencia as questões da educação.

Merece registro Eponina de Oliveira Condurú (1842-1931), professora no município São Vicente de Ferrer (que dista 51 km da capital em linha reta) mudou-se para São Luís a fim de se impor como poeta, conferencista, crítica literária e jornalista. É considerada a primeira jornalista maranhense. Seus artigos foram publicados em Belém e São Paulo. O incentivo à juventude pela leitura ocupava seus artigos, produzindo o Livro de Nina. Os personagens eram mãe e duas filhas

(JORGE, 2008). Todas mulheres, afeitas às questões de sua época.

Os movimentos libertários estadunidenses e europeus sopravam no Brasil, desde os séculos anteriores, fazendo com que a mulher de elite e as intelectualizadas ocupassem um novo espaço como protagonistas, no debate educacional, ainda que pouco considerado.

Mesmo assim, fixar a noção de intelectual, para as mulheres, na percepção popular, precisa-se desconstruir o sentimento de deficiência, que essa percepção tinha criado, infelizmente, até o presente, em muitos discursos, inerentes a sua condição.

Sabe-se que destacar sua presença no mundo público, é um ganho inquestionável, haja vista a sua contribuição nessas últimas décadas. Uma mulher intelectual na construção histórica de debates, em vários campos, com destaque aqui, para o educacional, é dar ênfase na maior liberdade, na independência, na igualdade e na participação.

Para Bourdieu (1989, p. 180) “isso não é pouca coisa: representar, trazer a luz, produzir”, numa cultura de conhecimento dominante, onde o brilho intelectual passa a ser ofuscado.

Sem vez para participar desse debate, é quase impossível haver registro em documentos oficiais ou em textos legais que acusem a sua presença.

Mas essa ausência, a prerrogativa não é exclusiva da mulher; há a oralidade de muitas civilizações, como a destruição de memória de muitos povos colonizados, das guerras e catástrofes naturais, que contribuem para tal.

Com essas evidências Boudon (1993) destaca dois tipos de intelectuais com os seguintes entendimentos:

- O primeiro é o intelectual por *qualificação*: São as pessoas formadas que, depois de longa passagem pela universidade, se vêem dotadas da mais indiscutível competência, ou, ainda, que exercem responsabilidades técnicas ou administrativas muito importantes, não aspiram ao título de intelectuais e surpreendem-se, ou mesmo chocam-se, quando se lhes atribui esse título. Tendem a definir sua competência de maneira específica e prática e a desprezar as generalidades que apaixonam os tagarelas, os sonhadores – em suma, para eles, os intelectuais.
- O outro entendimento, contempla uma série de *atributos*, distinta da competência dada pelo diplomado, mas necessária para delimitar o grupo de intelectuais, que de latente se torna mais ou menos organizado. A estes atributos Edward Shils (1910-1995) chama de “afinidade com valores centrais da sociedade”; e é o que fornece ao grupo de intelectuais um mínimo de consciência e de identidade. A esses intelectuais são chamados de intelectuais por *vocação*.

Tal entendimento é contemplado, em parte, nas discussões de Lênin (1978) e Gramsci (1978) na perspectiva política acerca do intelectual, ao afirmarem que: “todos os homens são intelectuais, embora muitos não exerçam esta função na sociedade” Apesar da linguagem exclusiva, presumimos que nós mulheres estamos contempladas. Pois os atributos atentam para a importância do senso comum, obviamente, não pelo que se refere ao seu conteúdo, mas pela solidez de sua crença.

Desta solidez deriva o debate do movimento de mulheres, desde o século XIX até o presente, sobre a necessidade da inclusão da mulher na instrução e na educação formal. Pois “não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um extrato de pessoas “especializadas na elaboração conceitual e filosófica”. E a contribuição de Gramsci (1978, p. 21).

Segundo Vidovich (2001), algumas questões que podem ser consideradas quando da Como tal é que procuramos “dar visibilidade as mulheres professoras maranhenses”, que apesar de terem voz, ora decorrente da sua qualificação, ora dotadas uma certa perícia e competência na ordem cognitiva, manifestaram uma preocupação especial com valores centrais da sociedade, em diversas épocas, principalmente, a partir do século XIX.

Esta preocupação se manifesta tanto pelo empenho em promover valores novos, quanto pela determinação em defender valores consagrados, como o direito a educação para todos, em especial para a mulher.

Muitas delas tiveram sua voz materializada em jornais femininos; outras produziram obras com preferência para prática pedagógica, a exemplo das cartilhas e livros, textos consonantes a conteúdos curriculares.

Na perspectiva de dar visibilidade a sua participação no debate educacional, a partir do século XX no espaço maranhense, discorreremos em nossa tese de doutoramento sobre a contribuição de quatro mulheres professoras intelectuais por qualificação e vocação. A obra é intitulada – **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão** (2013). Trata-se das mulheres-professoras maranhenses: Laura Rosa (1884-1976); Rosa Castro (1891-1976); Zoé Cerveira (1894-1957) e Zuleide Fernandes Bogéa (1897-1984).

Muitas outras contribuíram, mas seus feitos, pouco foram registrados, portanto neste debate entre nós, não tem tido vez.

Isto devido ao seu ingresso na vida pública; com prevalência na instituição escola, limitada a sala de aula com a tarefa precípua de repassar conteúdo. As mulheres professoras, contraditoriamente, são excluídas da possibilidade de pensar, discutir, debater, achar soluções para os problemas educacionais. Ainda que atuem como coadjuvante em projetos e políticas educacionais.

Com isto a representação da mulher intelectual no debate educacional historicamente, é embutida. Fato que muitas consideram como expressão de mediocridade. Quando tenta emprestar sua voz é considerada uma arrivista de pouca inteligência, uma nulidade pronta a obedecer a qualquer voz imperativa do poder político da esfera pública.

Esquecendo-se que esta esfera de acordo com o pensamento crítico de Arendt (2001) é sustentada pelo consenso e trata-se de um poder dialógico e não violento, opondo-se à tradicional concepção do pensamento político ocidental, que enxerga o poder como dominação. O pensamento arendtiano defende a autonomia, ao invés da domesticação da política, seja de questões econômicas, seja de considerações morais (justiça social). Pois a mulher intelectual deve ser preocupação da esfera pública, para que seja viável seu projeto político, extensivo ao pedagógico.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os intelectuais presentes na construção histórica do debate educacional têm omitido a participação da mulher e, paralelamente, a emergência da sua história, desde os anos 1970. Esta emergência contou com a contribuição de três fatores que a integram e que favorecem a sua inclusão em qualquer debate. São eles o fator científico; o fator sociológico; e o fator político. A serem discutido oportunamente em nossos estudos e pesquisas no GEMGe.

Cabendo, para finalizar destacar algumas intelectuais maranhenses, que com seus atributos audácia e táticas, tal como as quatro, que sustentaram nossa tese: São elas:

1 - Professora Mestra Anna Maria Patello Saldanha, foi coordenadora do curso de Pedagogia da UFMA, Secretária de Educação Municipal e participou na Secretaria de Educação Estadual do projeto sobre a expansão dos ginásios para os municípios maranhenses.

2 - Professora Edmar Bastos Ferreira da Silva participou como representante maranhense nas discussões para reforma do curso de Pedagogia no Brasil, final dos anos de 1950 e foi a primeira diretora da recém-inaugurada Faculdade de Educação, pertencente a atual Universidade Federal do Maranhão.

3 - Professora Rocha Mochel, uma das primeiras engenheiras agrônomas no Maranhão, Secretária de Educação Municipal e foi debatedora assídua sobre as questões do então ensino de 1º grau maranhense, ensino agrícola e agrônômico no Brasil.

4 - Professora Zila Paes – professora normalista e a primeira mulher a exercer o cargo de diretora da Instrução Pública nos anos 1940.

Estas professoras destacadas contribuíram para a construção histórica do debate educacional no país no século passado, como representantes maranhense, mas as novas gerações desconhecem o eco de suas vozes, presentes em produções, em atividades de pesquisa, administrativa e técnica.

Daí a importância de estudos a fim de que sejam escritas na historiografia da educação maranhense, que tem se apresentado, através de um único sujeito intelectual, o homem, ainda fincado nas pesquisas em curso. Só assim o protagonismo da mulher intelectual será conhecido e desconstituída as percepções populares e enriquecido o debate educacional.

Referências

- ARENDRT, Hanna. *O que é política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- BOUDON, Raymond; BOURRICARD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1993.
- CARDOSO JR, Nerisne Nunes. *Hanna Arendt e o declínio da esfera pública*. Brasília: Senado Federal, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821-1841)*. São Luís: PPPG - UFMA, 1987.
- _____. *A imprensa do Maranhão no século XIX (1821-1900)*. São Luís: Lthograf, 2008.
- LÊNIN, Vladimir J. *Que fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2003.
- UNESCO. *Relatório de 2013*. São Paulo. Almanaque Abril, 2015.